

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS NA ESTRUTURA DO
BALANÇO PATRIMONIAL E DRE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
E NÃO FINANCEIRAS**

Autor: Osvaldo Rauber

Orientadora: Ahiram Cardoso Silva Lima

JUÍNA-MT

2009

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS NA ESTRUTURA DO
BALANÇO PATRIMONIAL E DRE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
E NÃO FINANCEIRAS**

Autor: Osvaldo Rauber

Orientadora: Ahiram Cardoso Silva Lima

“Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis.”

JUÍNA-MT

2009

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BANCA EXAMINADORA

Cyntia Cândida Corrêa

Cláudio Luís Lima dos Santos

**Orientadora
Ahiram Cardoso Silva Lima**

À minha amada família...

Minha querida esposa Janete, pelo
apoio e compreensão constantes...

Aos meus filhos Mauricio e Marcelo,
com muito carinho...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter sido o guia dos meus passos ao longo desta jornada.

Aos meus pais, pela educação, carinho, compreensão e apoio que sempre dispuseram para realização de meus objetivos.

Agradeço também a minha orientadora, professora Ahirom, pela paciência e dedicação durante esta orientação.

Agradeço imensamente aos meus colegas de turma que fizeram com que a graduação seja uma parte inesquecível da minha vida.

Muito obrigado a todos.

*"O mundo é um lugar perigoso de se viver,
não por causa daqueles que fazem o mal,
mas sim por causa daqueles que observam
e deixam o mal acontecer." (Albert Einstein)*

RESUMO

Este estudo tem como tema Uma análise das principais diferenças na estrutura do Balanço Patrimonial e DRE nas instituições financeiras e não financeiras, e como problema, Quais as principais diferenças entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício das instituições financeiras e não financeiras? Com vistas a procurar respostas para o problema foram levantadas as seguintes hipóteses: Existe diferença nas contas do disponível das instituições financeiras para não financeiras, em virtude de segmento e contas específicas do ramo; Há necessidade de contas específicas para as instituições financeiras; Existem operações específicas entre contas de instituições financeiras; Há necessidade de maior controle nas instituições financeiras; Como objetivo geral tem-se o intuito de verificar as principais diferenças entre as demonstrações contábeis das empresas não financeiras e das instituições financeiras. O tema escolhido justifica-se pela necessidade de entendimento sobre as demonstrações contábeis das instituições financeiras. Para embasamento teórico, durante a pesquisa são tratados temas sobre: demonstrações contábeis, balanço patrimonial e DRE nas empresas não financeiras e nas instituições financeiras e diferenças entre instituições financeiras e não financeiras. A metodologia de pesquisa utilizada foi levantamento bibliográfico e pesquisa exploratória. A partir dos estudos foram analisadas as estruturas das demonstrações contábeis de empresas não financeiras e de instituições financeiras. Conclui-se que as principais diferenças estão voltadas para as particularidades da atividade das instituições financeiras, e que em suas demonstrações existem contas específicas, em virtude do segmento de atividade desenvolvido.

Palavras-chaves: Instituições Financeiras. Demonstrações Contábeis. Balanço Patrimonial.

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CMN	Comissão de Valores Monetários
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COSIF	Plano Contábil das Instituições Financeiras
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA	Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DOAR	Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
PIS	Programa de Integração Social
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFN	Sistema Tributário Nacional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Estrutura do Balanço Patrimonial conforme Lei 6.404/76.....	18
Quadro 2. Estrutura do Balanço Patrimonial conforme Lei 11.638/2007.....	19
Quadro 3. Estrutura do balanço patrimonial conforme Lei 11.941/2009.	20
Quadro 4. Estrutura da demonstração do resultado de acordo com a lei das S.A. (6.404/76).....	23
Quadro 5. Estrutura da DRE das instituições financeiras.....	33
Quadro 6a. Contas que compõe a DRE.....	33
Quadro 6b. Contas que compõe a DRE.....	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Elenco de Contas.....	27
---------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	11
1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA	12
1.4 OBJETIVOS	12
1.4.1 Objetivo Geral	12
1.4.2 Objetivos Específicos	13
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	13
1.6 JUSTIFICATIVA	13
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
2.1.2 Balanço Patrimonial nas instituições não financeiras.....	16
2.1.3 Demonstração do Resultado do Exercício nas empresas não financeiras.....	21
2.1.4 Balanço Patrimonial nas instituições financeiras.....	26
2.1.5 Demonstração do Resultado do Exercício nas instituições financeiras.....	32
2.1.6 Diferenças entre instituições financeiras e não financeiras.....	34
3 METODOLOGIA	38
4 ANÁLISE E RESULTADOS.....	40
5 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

As demonstrações contábeis integram uma importante parte da contabilidade, pois através delas é possível fazer a análise da situação econômico-financeira da empresa. Esta análise pode ser feita em empresas de quaisquer ramos de atividade, como empresas comerciais, industriais e até mesmo nas instituições financeiras.

As instituições financeiras fazem parte de um segmento de negócio que está em ascensão, e que cada vez mais, ganha mercado no que tange às atividades de circulação de moeda e crédito.

Verificar as principais diferenças entre instituições financeiras e as não financeiras pode ajudar os usuários da contabilidade a entenderem os mecanismos de trabalho utilizados nos dois segmentos.

É importante conhecer as formas de estrutura utilizadas nas empresas não financeiras e também nas financeiras. Verificar as principais diferenças entre as demonstrações contábeis das empresas não financeiras e as instituições financeiras é necessário para que se possa avaliar as particularidades de cada atividade.

As instituições financeiras, principalmente os bancos comerciais, publicam anualmente suas demonstrações contábeis para fins legais. Muitas vezes, clientes e investidores, que de alguma forma estão interessados em manter negócios junto a estas instituições, ficam impossibilitados de entenderem estas demonstrações, por falta de conhecimento.

1.2 Problema da Pesquisa

A formulação do problema vincula-se ao tema proposto, mostrando a dificuldade específica com a qual se depara e que se pretende resolver por intermédio da pesquisa. A sociedade, de forma geral, busca encontrar soluções para seus problemas.

Conforme Gomides (2002, p. 07) problema consiste em dizer de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver. O objetivo da formulação do problema da pesquisa é torná-lo individualizado, específico.

Ainda de acordo com Gil (2002, p.21), “problema é questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”.

O problema apontado para esta pesquisa e que se pretende responder ao longo do estudo é o seguinte:

- Quais as principais diferenças entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício das instituições financeiras e não financeiras?

1.3 Hipóteses da Pesquisa

As hipóteses são possíveis respostas ao problema apontado. Segundo Gil (2002, p. 31), “o passo seguinte à colocação de um problema solucionável, consiste em oferecer uma solução possível, mediante uma proposição que pode ser verdadeira ou falsa. A essa proposição dá-se o nome de hipótese”.

As hipóteses levantadas para o problema são as seguintes:

- Existe diferença nas contas do disponível das instituições financeiras para não financeiras, em virtude de segmento e contas específicas do ramo;
- Há necessidade de contas específicas para as instituições financeiras;
- Existem operações específicas entre contas de instituições financeiras;

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Verificar as principais diferenças entre a estrutura do Balanço Patrimonial e DRE das instituições financeiras e não financeiras.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Descrever conceitos sobre análise das demonstrações contábeis
- Verificar as demonstrações contábeis das instituições não financeiras.
- Identificar as demonstrações contábeis das instituições financeiras

1.5 Delimitação da Pesquisa

Esta pesquisa tem como enfoque as demonstrações contábeis das instituições financeiras e não financeiras, procurando apontar as principais diferenças entre elas. A pesquisa limitou-se à análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, as demais demonstrações contábeis ficaram fora do foco da pesquisa. Não foram analisadas contas analíticas, somente os grupos de contas.

1.6 Justificativa

Tendo em vista a busca do conhecimento profundo sobre as demonstrações contábeis e também sobre a variação de sua estrutura conforme o ramo de atividade exercido, esta pesquisa justifica-se por ser um instrumento esclarecedor a respeito do tema.

As demonstrações contábeis das instituições financeiras apresentam uma estrutura bem mais complexa do que as demais empresas. Este fato contribui para a dificuldade de compreensão destas demonstrações pelas pessoas leigas e também pelos próprios contabilistas que não sejam especializados no assunto. Portanto esta pesquisa tem também como justificativa o caráter informativo a respeito destas empresas que constantemente apuram valores relevantes de lucro. As instituições financeiras divulgam suas demonstrações contábeis, porém por falta de conhecimento sobre o assunto as pessoas acabam por desconhecer a fonte destes resultados.

1.7 Estrutura do Trabalho

O trabalho foi dividido em capítulos. No primeiro capítulo estão a introdução, a contextualização, problema de pesquisa, hipóteses, objetivo geral, objetivos específicos, delimitação da pesquisa, justificativa e estrutura do trabalho.

No segundo capítulo está o referencial teórico da pesquisa, que busca fundamentar o estudo. Nele são abordados os seguintes temas: Demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial nas instituições não financeiras, Demonstração do Resultado do Exercício nas instituições não financeiras, Balanço Patrimonial nas instituições financeiras, Demonstração do Resultado do Exercício nas instituições financeiras e Diferenças entre Instituições financeiras e não financeiras.

No terceiro capítulo está a metodologia de pesquisa. O método utilizado foi o dedutivo, a pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como exploratória e tem procedimento técnico de pesquisa bibliográfica e documental.

No quarto capítulo consta a análise dos dados levantados através do estudo.

No quinto e último capítulo estão as conclusões acerca do tema tratado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Demonstrações Contábeis

A contabilidade é uma ciência social e aplicada que tem como objetivo estudar e controlar o patrimônio das entidades.

Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos nele ocorridos, com o fim de oferecer informações sobre sua composição e variação, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial. (FRANCO, 2000 *apud* CREPALDI, 2008, p. 03).

Para fazer o estudo e o controle do patrimônio, o contabilista deve colher os dados da empresa ou da entidade, e registra-los a fim de produzir as demonstrações contábeis que vão servir como espelho da situação da empresa.

As demonstrações contábeis, também denominadas de demonstrações financeiras na legislação societária (Lei 6.404/76), são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante acionistas, credores, governos e a comunidade em geral. Tem, portanto, por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação econômico-financeira. (BRAGA, 2003, p. 75)

Iudícibus (2008, p. 74), destaca que a análise de balanços deve ser entendida dentro de duas possibilidades e limitações:

De um lado, mais aponta problemas a serem investigados do que indica soluções; de outro, desde que convenientemente utilizada, pode transformar-se num poderoso “painel de controle” da administração. Para isso, é necessário atentar para os seguintes detalhes:

- a) registros contábeis da empresa devem ser mantidos com esmero;
- b) ainda que o Departamento de contabilidade da empresa realize um grande esforço para manter os registros de forma correta, é altamente desejável que os relatórios financeiros sejam auditados por auditor independente ou, pelo menos, tenha havido uma minuciosa revisão por parte da auditoria interna;
- c) é preciso tomar muito cuidado na utilização de valores extraídos de balanços iniciais e finais, principalmente na área de contas a receber e estoques, pois muitas vezes tais contas, nas datas de balanço, não são representativas das médias reais do período;
- d) os demonstrativos objetos de análise devem ser corrigidos tendo em vista as variações do poder aquisitivo da moeda;

As demonstrações que podem ser analisadas são citadas por Marion (2007, p. 21):

Balanço Patrimonial;
 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
 Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (Doar);
 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (ou mutações do PL);
 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
 Demonstração do Valor Adicionado (DVA);

As demonstrações contábeis mais conhecidas são: o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Estas demonstrações devem seguir um padrão aceitável para que possam ser publicadas.

É bem verdade que a atual Lei das Sociedades por Ações veio trazer a tão esperada padronização das Demonstrações Contábeis para todos os tipos societários, excetuando-se as Sociedades por Ações ao setor financeiro, seguros..., facilitando sobremaneira a reclassificação das demonstrações. Antes daquela lei, existia a incumbência adicional de o analista traduzir as demonstrações para um modelo-padrão, porquanto havia diversas formas de estruturar as demonstrações (Lei, Circulares do Banco Central, Tradição contábil, etc.). (MARION, 2007, p. 21).

Tendo em mãos os dados necessários, e fazendo-se os ajustes exigidos, parte-se para análise propriamente dita. Geralmente a primeira demonstração a ser analisada é o Balanço Patrimonial, que será definido no próximo item desta seção.

2.1.2 Balanço Patrimonial nas instituições não financeiras

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil mais importante e mais conhecida entre todas. As entidades necessitam, pelo menos anualmente da emissão desta demonstração, que tem como objetivo retratar a situação da empresa quando do encerramento do exercício social.

O Balanço Patrimonial é a peça contábil que retrata a posição (saldo) das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um período terem sido feitos, após todos os provisionamentos (depreciação, devedores duvidosos etc.) e ajustes, bem como após o encerramento das contas de Receitas e Despesas também terem sido executados. (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009, p. 161).

Através do Balanço Patrimonial é possível identificar a situação financeira da empresa, porém é necessário lembrar que esta informação é estática, ou seja, refere-se apenas ao momento em que a demonstração foi elaborada.

O Balanço Patrimonial tem como objetivo mostrar a posição financeira de determinada empresa em um momento específico e informar a capacidade de geração dos fluxos futuros de caixa. Toda empresa prepara seu balanço patrimonial ao final de cada ano. As companhias abertas têm a obrigação de divulgá-lo ao público, assim como as demais peças contábeis, a cada trimestre. Para efeito interno é ideal a elaboração na periodicidade mensal. (SZUSTER *et. al.* 2008, p. 103)

No balanço patrimonial estão registradas as contas que representam os bens e direitos da empresa, bem como suas obrigações e seu patrimônio líquido.

O balanço patrimonial tem por objetivo demonstrar a situação do patrimônio da empresa, em determinada data – normalmente ao término de cada exercício social. A lei societária recomenda que as contas do balanço sejam classificadas segundo os elementos do patrimônio que elas representem, sendo agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Para tanto as contas do ativo deverão ser dispostas em ordem decrescente de realização ou conversibilidade (grau de liquidez) e as contas do passivo e patrimônio líquido em ordem decrescente de exigibilidade. (BRAGA, 2003, p. 77, 78)

Para expressar os valores de bens e direitos e também de obrigações, o balanço patrimonial é dividido em dois grandes grupos, que obrigatoriamente devem ter a soma de valores iguais.

O balanço patrimonial é dividido em ativo e passivo, cujos totais sempre iguais. O ativo é constituído pelos bens e créditos, enquanto o passivo é formado pelo passivo exigível (que representa as dívidas com terceiros) e patrimônio líquido. O ativo e o passivo são divididos em grupos, subgrupos, contas e subcontas. Assim, o primeiro grupo do ativo é o circulante, que tem como primeiro subgrupo as disponibilidades, cuja primeira conta é Caixa, que pode ter subcontas, por exemplo, Caixa da Matriz e Caixa da Filial. (FERREIRA 2009, p. 353).

No balanço patrimonial são identificados os recursos aplicados na empresa bem como a fonte de onde são provenientes estes recursos, que podem ser próprios ou de terceiros. A ordem de disposição das contas obedece a liquidez de cada uma delas, ou seja, as que se transformam em dinheiro mais rapidamente aparecem primeiro no balanço patrimonial.

As contas do ativo representam onde os recursos da empresa foram aplicados, e são apresentadas de acordo com sua ordem decrescente de liquidez, ou seja, inicia-se com os itens de maior liquidez: caixa, bancos e clientes, que logo serão convertidos em caixa. No final são colocados os itens que deverão permanecer mais tempo na empresa, como, por exemplo, edifícios, equipamentos, veículos e móveis. As contas do passivo representam a origem dos recursos de terceiros e devem ser inicialmente

separadas considerando a data de vencimento. Os passivos são agregados por sua natureza, como por exemplo, fornecedores, empréstimos, impostos a pagar, salários a pagar. (SZUSTER *et. al.* 2008, p. 105)

Além das contas de bens e direitos, e das contas de obrigações, o balanço patrimonial demonstra ainda o capital investido na empresa. Este capital está expresso no grupo de contas chamado patrimônio líquido.

Balanço patrimonial é a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa – Ativo -, assim como as obrigações – Passivo Exigível – em determinada data. A diferença entre ativo e passivo é chamada patrimônio líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, quer através de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerados por esta em suas operações e retidos internamente. (MATARAZZO, 2008, p. 41)

A primeira versão da estrutura do balanço patrimonial foi ditada pela Lei 6.404 de 1976, a chama Lei das Sociedades por Ação. Conforme esta Lei a estrutura do balanço patrimonial era a seguinte:

LEI Nº 6.404/1976	
Ativo Circulante	
Ativo Realizável a Longo Prazo	
Ativo Permanente	
-Investimento	
-Imobilizado	
-Diferido	
Passivo Circulante	
Passível Exigível a Longo Prazo	
Resultados de Exercícios Futuros	
Patrimônio Líquido	
-Capital Social	
-Reservas de Capital	
-Reserva de Reavaliação	
- Reservas de Lucros	
-Lucros Acumulados	
-(-) Prejuízos Acumulados	

Quadro 1. Estrutura do Balanço Patrimonial conforme Lei 6.404/76
Fonte: Ferreira Filho (2009)

A segunda versão da estrutura do balanço patrimonial foi ditada no ano de 2007, pela Lei 11.638, que veio alterar a Lei 6.404/76. Segue a estrutura do balanço patrimonial conforme a Lei 11.638/2007:

LEI Nº. 11.638/2007	
Ativo Circulante	
Ativo Realizável a Longo Prazo	
Ativo Permanente	
-Investimento	
-Imobilizado	
-Intangível	
-Diferido	
Passivo Circulante	
Passível Exigível a Longo Prazo	
Resultados de Exercícios Futuros	
Patrimônio Líquido	
-Capital Social	
-Reservas de Capital	
-Ajustes de Avaliação Patrimonial	
-Reservas de Lucros	
-Ações em Tesouraria	
-Prejuízos Acumulados	

Quadro 2. Estrutura do Balanço Patrimonial conforme Lei 11.638/2007

Fonte: Ferreira Filho (2009)

Um ponto importante a ser observado na elaboração do balanço patrimonial, é o fato de que a empresa deve seguir um elenco de contas, ou plano de contas, para que as demonstrações sejam feitas sempre dentro do mesmo padrão.

Também conhecido como a estrutura do plano de contas, o elenco de contas consiste na relação ordenada de todas as contas utilizadas para o registro dos fatos contábeis de uma entidade. Na definição da estrutura o plano de contas, podemos adotar as diretrizes estabelecidas na legislação comercial e fiscal que se têm revelado bastante úteis também para fins gerenciais. (CREPALDI, 2008, p. 58).

A última alteração na estrutura do balanço patrimonial, surgiu através da Medida Provisória 449/2008 que data de 12 de dezembro de 2008, e que posteriormente em 27 de maio de 2009, transformou-se na Lei 11.941/2009. De

acordo com a referida lei, a estrutura do balanço patrimonial deve ser apresentada da seguinte forma:

MP 449/2008	
Ativo Circulante	
Ativo Não-Circulante	
-Ativo Realizável a Longo Prazo	
-Investimentos	
-Imobilizado	
-Intangível	
Passivo Circulante	
Passivo Não-Circulante	
Patrimônio Líquido	
-Capital Social	
-Reservas de Capital	
-Ajustes de Avaliação Patrimonial	
-Reservas de Lucros	
-Ações em Tesouraria	
-Prejuízos Acumulados	

Quadro 3. Estrutura do balanço patrimonial conforme Lei 11.941/2009.

Fonte: Ferreira Filho (2009)

As alterações na contabilidade ditadas pela Lei 11.941/2009, devem ser bem analisadas e seguidas à risca pelos contabilistas. As mudanças dos grupos de contas devem ser feitas de acordo com o que dita a referida lei.

As contas do grupo do Ativo foram divididas em Ativo Circulante e Ativo não-circulante. Dentro deste, houveram mudanças significativas.

O Ativo Não Circulante será dividido em Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Fica eliminado o grupo Ativo Diferido, e o saldo existente em 31.12.2008 nesse grupo que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no Ativo sob essa classificação até sua completa amortização, sujeito à análise sobre a recuperação dos valores registrados no Imobilizado e no Intangível.

O saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, sujeito à análise sobre a recuperação. Caso esta amortização se finalize até o final do exercício seguinte, poderá ser classificado no Ativo Circulante. (FERREIRA FILHO, 2009)

O Grupo de contas do Passivo também foi alterado. As contas que antes eram registradas no Passivo Exigível a Longo Prazo, agora são classificadas no Passivo não-circulante.

As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Não-Circulante, serão classificadas no Passivo Circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no Passivo Não-Circulante, se tiverem vencimento em prazo maior;

As obrigações, encargos e riscos classificados no passivo não-circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Fica eliminado o grupo Resultados de Exercícios Futuros (REF), e o saldo existente no REF em 31.12.2008 deverá ser reclassificado para o Passivo Não-Circulante em conta representativa de receita diferida, e esse registro deverá evidenciar a receita diferida e o respectivo custo diferido. (FERREIRA FILHO, 2009)

Conforme a importância do balanço patrimonial para a entidade cabe ao profissional da contabilidade se adequar às normas atuais para produzir informações corretas.

2.1.3 Demonstração do Resultado do Exercício nas empresas não financeiras

Para demonstrar o resultado de um período, ou seja, do exercício social da empresa, é necessário a elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), onde estarão expressos os valores de receitas e despesas que levaram a entidade ao resultado final, que pode ter sido de lucro ou de prejuízo.

A demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma demonstração financeira imprescindível para a elaboração do Balanço Patrimonial. Deve, inclusive, preceder o levantamento deste último. Através da DRE zeram-se todas as contas de resultado (ou diferenciais) que são convertidas a um único valor – lucro ou prejuízo – cujo saldo integra o Balanço Patrimonial. (CREPALDI, 2008, p. 188).

É preciso, portanto, que antes da elaboração do Balanço Patrimonial, a empresa faça o levantamento do resultado do exercício, zerando o saldo das contas de resultado. Se o saldo das receitas for maior que o saldo das despesas a empresa terá lucro.

Através da DRE é possível identificar a viabilidade das atividades desenvolvidas pela empresa, pois de forma resumida essa demonstração evidencia todos os valores de receitas e também de despesas em função dessa operação.

A demonstração do resultado do exercício deve representar o resumo das variações positivas (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e perdas), ocorridas em determinado período de tempo, normalmente no exercício social, em função da exploração das atividades operacionais da empresa. (BRAGA, 2003, p. 96)

Se ao término do exercício, quando apurado o resultado, a empresa obteve lucro, isso representará um conseqüente aumento de seu patrimônio líquido, assim como quando houver prejuízo, este representará uma diminuição do patrimônio da entidade.

A demonstração do resultado do exercício é uma demonstração dos aumentos e reduções causados no patrimônio líquido pelas operações da empresa. As receitas representam normalmente aumento do ativo, através de ingresso de novos elementos, como duplicatas a receber ou dinheiro proveniente das transações. Aumentando o ativo, aumenta o patrimônio líquido. As despesas representam redução do patrimônio líquido, através de um entre dois caminhos possíveis: redução do ativo ou aumento do passivo exigível. (MATARAZZO, 2008, p. 45)

O balanço patrimonial e a DRE são consideradas as demonstrações mais importantes fornecidas pela contabilidade. Contudo, pelo fato da DRE trazer dados referentes ao período todo, ou seja, de todo o exercício social, ela pode ser mais útil do que o próprio balanço, que considera as informações apenas do momento em que foi elaborado.

Demonstração do Resultado pode ter mais poder preditivo do que o próprio Balanço, pois este último alinha os saldos das contas num determinado momento, sendo mais útil para se avaliar uma situação estática, ao passo que a Demonstração do Resultado refere-se a um período e descreve as causas do aparecimento de determinado resultado. (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2009, p. 174)

Embora a DRE traga em seus dados, informações sobre as receitas e despesas auferidas, esses valores não representam efetivamente o fluxo financeiro da empresa.

A demonstração do resultado retrata apenas o fluxo econômico e não fluxo monetário (fluxo de dinheiro). Para a demonstração do resultado não importa se uma receita ou despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o patrimônio líquido. Por exemplo, a depreciação é uma despesa não desembolsada; (MATARAZZO, 2008, p. 45)

A estrutura da DRE obedece a forma descrita pela Lei das Sociedades por ação.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Receita bruta das vendas e serviços (-) Deduções, descontos concedidos, devoluções (-) Impostos sobre vendas (=) Receita líquida das vendas e serviços (-) Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados (=) Lucro Bruto (-) Despesas de vendas (-) Despesas Administrativas (-) Despesas financeiras líquidas (-) outras despesas operacionais (+) Outras receitas operacionais (=) Lucro ou prejuízo operacional líquido (-) despesas não operacionais (+) receitas não operacionais (+ ou -) saldo da conta de correção monetária (=) Lucro antes do Imposto de Renda (-) provisão para o Imposto de Renda (=) Lucro líquido antes das participações e contribuições (-) Participações (-) Contribuições (=) Lucro líquido do exercício (=) Lucro líquido por ação

Quadro 4. Estrutura da demonstração do resultado de acordo com a lei das S.A. (6.404/76)

Fonte: Assaf Neto (2008, p. 85)

Quando do início da DRE são demonstrados os valores das receitas de vendas ou serviço, também chamadas de receita bruta.

De acordo com Reis (2009, p. 99) “A receita bruta corresponde ao valor bruto do faturamento das vendas e/ou dos serviços, ou seja, o somatório de todas as notas fiscais emitidas no período”.

Da receita bruta são deduzidos os valores referentes a cancelamentos, abatimentos e descontos, e também os tributos referentes às vendas ou serviços.

Cancelamento de receitas, por devoluções, quebras ou avarias na mercadoria vendida, pela não-efetivação ou pela má qualidade na prestação de serviços;

Abatimentos concedidos por defeitos, quebras, avarias ou devolução parcial da mercadoria ou por qualquer irregularidade na prestação de serviços;

Impostos incidentes sobre vendas e serviços: qualquer imposto contido no valor da receita bruta, como ICMS, IPI, PIS, Contribuição Social, etc. (REIS, 2009, p. 99, 100).

Retirando-se da receita bruta todas as deduções, apura-se então a receita líquida.

Receita bruta é o total bruto vendido no período. Nela estão inclusos os impostos sobre as vendas (os quais pertencem ao governo) e dela não foram subtraídos. Impostos e taxas sobre as vendas são aqueles gerados no momento da venda; variam proporcionalmente à venda, ou seja, quanto maior for o total de vendas, maior será o imposto. São os mais comuns:

- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (governo federal);
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (governo estadual);
- ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (governo municipal)
- PIS – Programa de Integração Social – taxa sobre o faturamento (governo federal);
- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (taxa do governo federal). (IUDÍCIBUS, 2008, p. 37, 38)

A partir da apuração da receita líquida são deduzidos os valores que representam o custo da mercadoria vendida, ou o custo do serviço prestado.

Representam todos os custos incorridos pela empresa em seu processo de fabricação ou prestação de serviços. Em empresas comerciais, identifica-se o custo da mercadoria vendida. Basicamente, esses custos são apurados em valores nominais, ou seja, por seus valores históricos de aquisição ou produção. Para produtos acabados e em elaboração é definido o custo de produção; para produtos usados na produção (matérias-primas, embalagens etc.) e adquiridos para revenda tem-se o custo de aquisição. Os custos de produção (ou da mercadoria vendida) são obtidos por baixas nas contas de estoques determinadas por vendas realizadas, e o critério de avaliação adotado (PEPS, UEPS, preço médio ponderado etc.) produz alterações em seus valores. (ASSAF NETO, 2008, p. 86)

Com a apuração dos custos é fácil chegar ao chamado lucro bruto, ou seja, a diferença entre a receita líquida e o custo da mercadoria vendida ou produzida.

Lucro bruto é a diferença entre a venda de mercadorias e o custo dessa mercadoria vendida, sem considerar despesas administrativas, de vendas e financeiras. Para uma empresa prestadora de serviços o raciocínio é o mesmo: lucro bruto é a diferença entre a receita e o custo do serviço prestado sem considerar aquelas despesas acima referidas. (IUDÍCIBUS, 2008, p. 39).

Ao lucro bruto são adicionadas as outras receitas operacionais, e retiradas as despesas operacionais, que irão representar os gastos decorrentes da atividade da empresa.

Como despesas e receitas operacionais classificam-se todos aqueles gastos desembolsados, provisionados ou recebidos, que se relacionam diretamente com o objetivo do negócio da empresa. Dessa maneira, são considerados custos e despesas operacionais todos aqueles realizados com o objetivo final de gerar receitas e diretamente relacionados com a natureza

específica dos negócios da empresa. Os principais grupos de receitas e despesas operacionais são: despesas com vendas, despesas administrativas, receitas financeiras líquidas. (SILVA, 2007, p. 33)

Após a dedução das despesas operacionais e do acréscimo das outras receitas operacionais, apura-se o lucro líquido do período, contudo esse ainda não é o lucro líquido da empresa, pois dele serão deduzidas as demais despesas da empresa, e somadas as demais receitas que não são decorrentes da atividade da mesma, e por isso são chamadas de receitas e despesas não operacionais. Assaf Neto (2008, p. 89), destaca que “basicamente, o conteúdo de não operacional fica restrito às perdas e ganhos de capital provenientes de prejuízos ou lucros nas baixas ou vendas de ativo permanente”.

As despesas e receitas não operacionais são aquelas não relacionadas diretamente com a natureza específica dos negócios de uma companhia, como por exemplo: ganhos e perdas de capital nos investimentos, ganhos e perdas de capital no imobilizado, perdas com sinistros e desapropriações, indenizações, etc. (SILVA, 2007, p. 33)

Com a soma destas receitas e dedução das despesas apura-se o lucro antes do Imposto de renda. Sobre este valor apurado é calculada a provisão para o Imposto de Renda que deverá ser recolhido pela empresa.

O exercício social em que é gerado o lucro (ano X) denomina-se “ano-base”. O exercício em que se paga o Imposto de Renda (ano X + 1) denomina-se “exercício financeiro”.

Pelo regime de competência considera-se o Imposto de Renda no período em que foi gerado (ano-base) e não no período de pagamento (exercício financeiro).

Portanto, calcula-se (provisão) o valor de Imposto de Renda a pagar e deduz tal valor do “Lucro Antes do Imposto de Renda”. (IUDÍCIBUS, 2008, p. 44).

Após a provisão para o Imposto de Renda, para se chegar ao lucro líquido do exercício é necessário que sejam deduzidas as participações e contribuições. Estas participações e contribuições são classificadas por Iudícibus (2008, p. 45) da seguinte forma:

A – Debêntures: As companhias podem solicitar empréstimos ao público em geral pagando juros periódicos e concedendo amortizações regulares. Para tanto emitirão títulos a longo prazo com garantias: são as debêntures. A debênture poderá assegurar ao seu titular, além de juros e correção monetária, participação no lucro da empresa (dedutível para o Imposto de Renda).

B – Empregados e administradores: é um complemento à remuneração de empregados e administradores. Normalmente é definido no estatuto ou contrato social um percentual sobre o lucro. Observa-se que a participação aos administradores é desestimulada pela legislação brasileira uma vez que não é permitida a sua dedução para efeito de cálculo o Imposto de Renda (lucro real). A participação aos empregados é dedutível dentro de certos limites.

C – Doações: Contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregado. São as doações às constituições de fundações com a finalidade de assistir seu quadro de funcionários, às previdências particulares, etc. que, definidas em estatutos, serão calculadas e deduzidas como uma participação nos lucros anuais. (IUDÍCIBUS, 2008, p. 45, 46)

Somente depois de todas estas deduções é que a empresa consegue verificar o lucro líquido do período. De acordo com Reis (2009, p. 105) “o lucro líquido corresponde ao resultado final do período, ou seja, aquela parcela que fica à disposição dos sócios para ser retirada ou reinvestida”.

Se a empresa for uma sociedade por ações, é possível ainda dividir o lucro líquido do período pelo número de ações que a companhia possui, chegando-se assim, ao lucro líquido por ação.

2.1.4 Balanço Patrimonial nas instituições financeiras

Assim como as empresas não financeiras as instituições financeiras devem manter sua escrituração contábil atendendo as normas da legislação vigente.

As normas gerais, procedimentos e critérios de escrituração contábil de elaboração das demonstrações contábeis financeiras dos bancos e múltiplos encontram-se consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. (ASSAF NETO, 2008, p. 300).

As instituições financeiras devem elaborar suas demonstrações contábeis ao final de cada exercício. De acordo com Assaf Neto (2008, p. 300) “O exercício social das instituições financeiras tem duração de um ano, devendo obrigatoriamente encerrar-se em 31 de dezembro”.

As demonstrações contábeis das instituições financeiras retratam a posição patrimonial da entidade, assim como acontece nas empresas não financeiras. As diferenças básicas estão nas contas patrimoniais utilizadas.

Os recursos captados pelas instituições bancárias representam suas fontes, podendo originar-se de depósitos ao público em geral, de empréstimos recebidos e de seus recursos próprios (capital e reservas). Esses recursos

possuídos pelos bancos (distribuídos nos grupos do passivo e patrimônio líquido) são aplicados em seus ativos, destacando-se as disponibilidades, as carteiras de títulos e valores mobiliários, os empréstimos e financiamentos concedidos e imobilizações. (ASSAF NETO, 2008, p. 303-304)

A figura 01 retrata o elenco das principais contas do balanço patrimonial de uma instituição financeira.

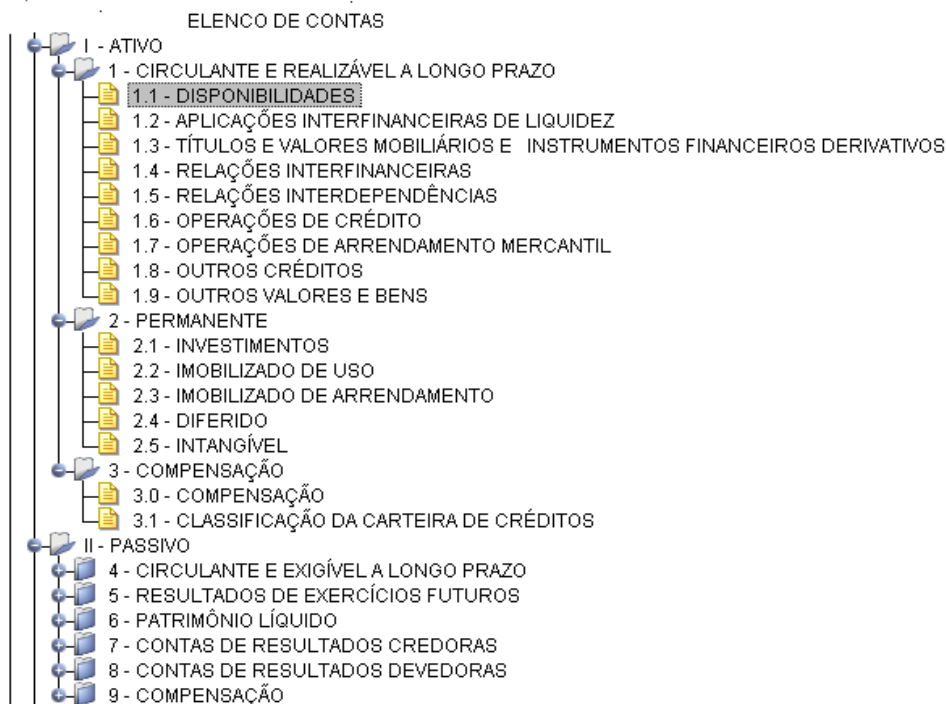


Figura 1. Elenco de Contas
Fonte: Banco Central do Brasil

Para compreensão das principais diferenças entre o balanço das empresas não financeiras e o balanço das instituições financeiras é preciso entender cada conta que o compõe.

O grupo de contas do Ativo está dividido em Circulante e Realizável a longo prazo, Permanente e compensação. O grupo de Contas do Passivo está dividido em Circulante e Exigível a longo prazo. Além do Ativo e do Passivo, o elenco de contas traz ainda Resultado de Exercícios futuros, Patrimônio Líquido, Contas de resultado credoras, Contas de resultado devedoras e contas de Compensação.

Entre as contas que compõe o subgrupo das Disponibilidades a conta Caixa, de acordo com o Bancen, tem como função registrar o numerário existente em moeda corrente nacional. Esta conta tem função parecida com aquela utilizada nas empresas não financeiras.

Outra conta que faz parte do subgrupo das disponibilidades é a de Depósitos bancários.

Depósitos bancários: Tem como função registrar o valor dos depósitos de livre movimentação, mantidos em estabelecimentos bancários pelos grupos de consórcio. A escrituração deve evidenciar, em controles diários internos, o saldo existente em nome do grupo. É obrigatória a conciliação do saldo dessa conta, pelo menos por ocasião do balancete mensal, sendo que os respectivos extratos fornecidos pelo banco depositário, bem como os documentos de conciliação, devem ser arquivados em ordem cronológica em pasta própria para averiguações. A conciliação do saldo dessa conta deve contemplar controles diários de modo a se evidenciar os lançamentos não correspondidos por grupo. Todos os documentos representativos de pagamentos, efetuados em nome do grupo, devem ter suas cópias arquivadas em ordem cronológica, em pastas próprias para averiguações, com indicação da finalidade do pagamento. Cabe à administradora do grupo a observância das normas regulamentares vigentes. (ASSAF NETO, 2008)

Todos os bancos têm obrigação de depositar junto ao Banco Central uma parcela dos valores recebidos em depósito na agência, a conta de reservas livres registra os valores que excedem ao do depósito compulsório.

Reservas Livres: Tem como função registrar a parcela do saldo da reserva compulsória em espécie, excedente à exigibilidade relativa ao recolhimento compulsório, junto ao Banco Central no último dia do mês. (BACEN)

Ainda no grupo das disponibilidades, encontra-se a conta de Aplicações em ouro:

Aplicações em ouro: Tem como função registrar o valor do estoque próprio de ouro adquirido no mercado físico. Esta conta requer controles internos que identifiquem o ouro adquirido no mercado físico segundo suas características de quantidade, procedência e qualidade. (BACEN)

Esta conta registra quanto de ouro o banco possui em seu estoque, qual a qualidade, por exemplo, se o ouro é 18 quilates ou 16 quilates, e ainda de onde ele foi adquirido.

Registrar os haveres em cédulas e moedas e outros valores em moedas estrangeiras (taxas livres), pertencentes à instituição. Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno: Em Espécie e Em Outros Valores. (BACEN)

Não são todos os bancos que podem fazer operações em câmbio no país. O Banco do Brasil é o banco autorizado a receber depósitos em moeda estrangeira para que seja convertida em moeda nacional.

Nas aplicações financeiras de liquidez, onde de acordo com Assaf Neto (2008, p. 304) “são registrados os saldos de revenda de títulos de renda fixa a liquidar, envolvendo a posição bancada e financiada, além de aplicações em depósitos no mercado interfinanceiro e em moedas estrangeiras”.

O subgrupo de títulos e valores mobiliários é assim definido:

O ativo títulos e valores mobiliários envolve as aplicações na carteira própria da instituição, os títulos de renda fixa vinculada e recompra e aqueles vinculados a negociação e intermediação (títulos em garantia, contratos de compra de ações, ativos financeiros e mercadorias, prêmios de opções e exercer etc.) (ASSAF NETO, 2008, p. 304).

As Contas de relações interfinanceiras relevantes aos bancos, segundo Assaf Neto (2008, p. 304), “são os resultados dos serviços de compensação de cheques, os créditos vinculados e os repasses interfinanceiros”.

A compensação de cheques é um dos principais serviços dos bancos comerciais e envolve o pagamento e recebimento de cheques e de outros papéis, como boletos, duplicatas, etc., liquidáveis na praça.

Na conta de créditos vinculados são registrados os valores depositados compulsoriamente, ou seja, obrigatoriamente ao Banco central, ou ainda depósitos vinculados a operações especiais.

Os repasses interfinanceiros representam os créditos do banco referentes a repasses efetuados a outras instituições.

As Relações Interdependências incluem os recursos em trânsito de terceiros e transferências internas de recursos.

Numerário em trânsito: tem a função de registrar a transferência de recursos entre as dependências da instituição, processada sob a forma de numerário. Conta de balanceamento obrigatório por ocasião de balancetes e balanços
Suprimentos interdependências: Registrar o suprimento de recursos realizados entre dependências da instituição, exceto sob a forma de numerário. Conta de balanceamento obrigatório por ocasião de balancetes e balanços. (BACEN)

As operações de crédito, ou seja, o dinheiro que o banco disponibiliza para seus clientes, estão divididas em três modalidades:

a) empréstimos: não exige destinação específica ou vínculo à comprovação de aplicação dos recursos. Exemplo: empréstimos para capital de giro, empréstimos pessoais, adiantamento a depositantes etc.;

- b) títulos descontados;
- c) financiamentos: são operações com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos. Exemplo: financiamentos de máquinas e equipamentos, imobiliários etc. (ASSAF NETO, 2008, p. 305)

Basicamente na conta de operações de crédito são registrados os direitos que a instituição financeiras têm, ou seja, em virtude do fornecimento de dinheiro, o cliente dá ao banco o direito de receber este valor futuramente, acrescido de juros.

O último subgrupo registra Outros valores e bens.

Em outros valores e bens, são registradas as participações societárias de caráter minoritário, os bens que não se destinam ao uso próprio (imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, material de estoque, mercadorias etc.) e as despesas antecipadas, definidas como toda aplicação de recursos cujos benefícios à instituição ocorrerão em períodos seguintes. (ASSAF NETO, 2008, p. 305)

Estes bens de uso não próprio são aqueles recebidos em doação ou em pagamento, o material de estoque, diz respeito basicamente ao material usado no dia-a-dia do banco, tais como lápis, borracha, papéis e outros, e as mercadorias são aquelas adquiridas no mercado físico, exceto ouro, em bolsas de mercadorias e futuros.

O próximo subgrupo a ser tratado é o do Ativo Permanente, que é bem semelhante ao das empresas não financeiras, e é composto por investimentos, imobilizado e diferido.

Nos investimentos são registrados valores investidos em outros bancos por exemplo, ações de outras empresas, assim como nas empresas não financeiras. No imobilizado estão registrados os bens de uso da instituição, tais como máquinas, equipamentos e instalações.

No subgrupo Compensação, de acordo com o Cosif, a instituição deve utilizar contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento de quaisquer atos administrativos que possam transformar-se em direito, ganho, obrigação, perda, risco ou ônus efetivos, decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos. Quando não houver título específico para o registro do ato que se deve escriturar, a instituição deve utilizar a conta Outras Contas de Compensação Ativas e respectiva contrapartida, procedendo aos desdobramentos dos eventos em subtítulos de uso interno que os identifiquem com clareza e objetividade.

Ainda no subgrupo de Compensação existe a conta de Classificação da Carteira de Créditos.

As contas integrantes do subgrupo CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITOS destinam-se ao registro dos valores contábeis dos créditos classificados nos respectivos níveis de risco em função das características do devedor e seus garantidores, bem como da operação, observado que as operações com características de concessão de crédito, que não possam ser enquadradas como operações de crédito ou de arrendamento mercantil, devem ser registradas no adequado título destinado ao registro de outros créditos. Considera-se valor contábil dos créditos o mesmo valor utilizado como base de cálculo das provisões para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos, que correspondem ao valor da operação na data de referência computadas as receitas e encargos de qualquer natureza. (BACEN).

O grupo do passivo tem suas contas divididas assim com nas empresas não financeiras. São classificadas em circulante e exigível a longo prazo.

No passivo circulante e exigível a longo prazo estão classificadas os depósitos de livre movimentação. As obrigações das instituições financeiras de ter disponível o dinheiro de seus clientes colocado sob a custódia do banco.

Depósitos são recursos recebidos pela instituição do público e entidades governamentais. São classificados de várias formas, de acordo com sua origem e finalidades. Por exemplo, os depósitos a vista são de livre movimentação. Eventuais saldos devedores verificados em contas de depósitos são registrados em operações de crédito do ativo. Os depósitos de poupança são captações livres provenientes de pessoas físicas e jurídicas. Os depósitos interfinanceiros são recursos a prazo captados no mercado interfinanceiro. (BACEN).

Além das obrigações contraídas por meio do recebimento de depósitos, as instituições financeiras devem registrar outras possíveis obrigações, como os encargos e impostos a que estão sujeitos.

Em Resultados de Exercícios Futuros são registradas as rendas recebidas antecipadamente.

Registrar as rendas recebidas antecipadamente, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes, a serem apropriadas em períodos seguintes e que de modo algum sejam restituíveis.

Exemplos de rendas que podem ocorrer por antecipação:

- Aluguéis
- Comissão sobre Fianças
- Comissão de Repasse da Resolução nº 63
- Comissão de Abertura de Crédito.

Quando os custos ou despesas excederem as respectivas rendas, deve-se considerar tal excesso no próprio período, mediante adequado registro nas

contas de despesa (operacional ou não operacional). (BACEN)

O Patrimônio Líquido das instituições financeiras é semelhante ao das empresas não financeiras, e nele estão registrados os recursos próprios da entidade. “O patrimônio líquido constituído de capital e reservas indica os recursos próprios do banco, não se diferenciando do de outras empresas”. (ASSAF NETO, 2008, p. 306).

2.1.5 Demonstração do Resultado do Exercício das Instituições Financeiras

A DRE assim como nas demais empresas, tem com função demonstrar os resultados alcançados ao longo período, sejam eles positivos, que gerarão lucros, ou negativos, que gerarão prejuízo.

As receitas, conforme constam do demonstrativo de resultado, representam as rendas, ganhos e lucros apurados pela instituição. Por seu lado, as despesas respondem às despesas propriamente ditas, às perdas e aos prejuízos. O Cosif, plano contábil das instituições financeiras, para efeitos de registros contábeis e elaboração de demonstrativos financeiros, classifica as receitas e despesas em Operacionais e não operacionais. (ASSAF NETO, 2008, p. 306)

A maior diferença está no fato de os bancos não terem mercadorias para venda, e portanto, não terem receitas referentes à vendas ou serviços.

Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) - relaciona as receitas e as despesas do banco. Por ser uma empresa que não tem produtos físicos para vender, as receitas do banco têm nomes diferentes das demais empresas. Não há por exemplo, receita de vendas. Nos custos e despesas ocorre o mesmo. O banco não tem, por exemplo, custo da mercadoria vendida. (GREGIO, 2009).

As receitas e despesas do banco são compostas pelas operações fundamentais feitas por estas instituições.

O banco tem basicamente dois tipos de receitas: as de juros e as de tarifas. As de juros compreendem todas as receitas advindas das aplicações, ou seja, os juros que o banco cobra pelos empréstimos que concede aos clientes, os quais estão em sua carteira de crédito, e os juros que obtém pela valorização das ações, moedas estrangeiras e demais títulos que possui. (GREGIO, 2009).

Segue um exemplo de demonstração de resultado aplicado em instituições

financeiras:

Demonstrativo de Resultados
<i>Receitas de Intermediação Financeira</i>
Operações de crédito
Resultado de títulos e valores mobiliários
Aplicações compulsórias
Resultados de câmbio
Ganhos líquidos com passivos sem encargos
<i>Despesa de Intermediação Financeira</i>
Captação no Mercado
Empréstimos, cessões e repasses
Provisão para crédito de liquidação duvidosa
<i>Resultado Bruto da intermediação financeira:</i>
<i>Outras receitas/despesas operacionais</i>
Receitas prestação de serviços
Participação em Coligadas e Controladas
Despesas de pessoal
Outras despesas administrativas
Despesas tributárias
Outras receitas/despesas operacionais
<i>Resultado Operacional:</i>
<i>Resultado não Operacional:</i>
<i>Resultado antes do IR:</i>
Provisão para IR
<i>Resultado Líquido:</i>

Quadro 5. Estrutura da DRE das instituições financeiras.

Fonte: Assaf Neto (2008, p. 309)

As receitas de operação de crédito são aquelas provenientes de operações de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, etc.

No quadro 6 é estão as descrições de várias contas de receita e despesas possíveis de serem utilizadas nas DREs das instituições financeiras:

Receitas de Operações de Crédito – receitas provenientes de empréstimos, financiamentos de Exportação, Financiamentos Rurais, Imobiliários, etc.
Receitas de Arrendamento Mercantil (Leasing) – receitas de arrendamentos, subarrendamentos, alienação de bens arrendados, entre outros
Receitas de Títulos e Valores Mobiliários – resultados líquidos provenientes de aplicações em Renda Fixa e Variável, ativos financeiros (como ouro), mercadorias
Receitas de Aplicações Compulsórias – receitas das aplicações obrigatórias junto ao Banco Central
Receitas de Câmbio – resultado líquido das operações com câmbio, ou seja, decorrente da variação de taxas e da posição de obrigações e direitos do banco em moeda estrangeira

Quadro 6a. Contas que compõe a DRE.

Fonte: Gregio (2009).

Receitas de Ganhos com Passivos sem Encargos, líquidos de perdas com ativos não remunerados – essa linha não existe mais nas demonstrações financeiras dos bancos, aí ficavam as receitas dos bancos com inflação, chamadas de receitas de float
Receitas de Serviços – São as tarifas que o banco cobra pela emissão de talões de cheques, administração de fundos, cartões de débito, ou outros serviços que presta ao cliente. Estas têm se tornado uma fonte de receita cada vez mais importante. Os bancos podem ter também receitas de prêmio de seguros, caso atuem nesse segmento e essa atividade esteja incluída na demonstração financeira que se esteja analisando.
Custo da Intermediação Financeira - Além das despesas com funcionários e despesas administrativas, comuns a todos os tipos de empresas, o banco tem o custo de obter dinheiro (Despesas de Intermediação Financeira). Esse custo compreende os juros que paga aos donos das contas de poupança, os juros dos empréstimos que faz no exterior, os aumentos das reservas para problemas com crédito, entre outros. Na conta de Despesas de Intermediação Financeira também são incluídos os gastos com aumento de provisões para devedores duvidosos.
Resultado de Equivalência - As participações dos bancos em outras empresas podem reverter-se em despesas ou receitas, que são expressas na linha Resultado de Equivalência Patrimonial
Outras Receitas Operacionais – Inclui, entre outras, receitas de recuperação de créditos que estavam considerados como prejuízo
Despesas Operacionais – variações monetárias passivas, etc.
Resultado não operacional – lucros ou prejuízos nas vendas de imóveis, alienação das participações societárias, investimentos, etc.
Participações estatutárias ou minoritárias – esta conta, que só aparece em demonstrativos consolidados, inclui participações de empregados e administradores nos lucros, participações de acionistas minoritários e Fundos de Previdência.

Quadro 6b. Contas que compõe a DRE.

Fonte: Gregio (2009).

As receitas de prestação de serviços dos bancos, nas quais estão incluídas as tarifas de talão de cheques, extratos, cartões, e demais serviços prestados aos clientes pelos bancos, está cada vez mais, se tornando uma importante fonte de renda para as instituições.

2.2.2 Diferenças entre Instituições Financeiras e não financeiras

A principal diferença entre as instituições financeiras e não financeiras está no objeto ou na atividade que exercem. Enquanto as demais instituições têm a compra, venda e prestação de serviço, ou mesmo a fabricação e distribuição de produtos como atividade principal, as instituições financeiras trabalham com a distribuição de moeda e de crédito.

Entende-se por empresa comercial, aquela que de alguma maneira, comercializa bens ou serviços. Estes bens podem ser os mais diversos, indo desde os artigos de primeira necessidade, até outros bens de cunho mais supérfluos.

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (2008, p. 247) comercialização é o “ato ou efeito de comercializar, conjunto das atividades e

processos ligados à venda de mercadorias, incluindo intermediação entre o produtor e o consumidor”. Dessa forma, tudo quanto for comercializado, insere-se na atividade da empresa comercial.

Esta comercialização pode ser de bens, como já citado, ou de serviços. De acordo como o Dicionário da Língua Portuguesa (2008, p. 737) “serviço é atividade econômica que não resulta em produto tangível, em contraste com a produção de mercadorias”. Assim, uma empresa pode comercializar não somente bens tangíveis, mas também serviços de qualquer natureza.

Existem ainda as empresas industriais, que fazem o processo de transformação de matérias-primas e serviços em produtos finais. O Dicionário da Língua Portuguesa (2008, p. 475) cita as definições para Indústria:

Aptidão, habilidade para criar ou fazer alguma coisa. Atividade (ou conjunto de atividades) de produção de mercadorias, abrangendo a extração de produtos naturais e sua transformação. O conjunto das empresas industriais, ou qualquer dos ramos da indústria. A que transforma matérias-primas em produtos intermediários ou produtos finais.

Empresas industriais são todas aquelas que têm como atividade principal a industrialização, para transformação de bens em produtos intermediários ou finais.

Diferente das empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços, que são consideradas não financeiras, as instituições financeiras têm suas atividades voltadas para um ramo bem particular, o de fornecimento de moeda e crédito.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é conjunto das instituições financeiras e órgãos que regulam, fiscalizam e executam as operações de circulação de moeda e crédito no país.

Para melhor entendimento é preciso entender, de forma conceitual, o que são as instituições financeiras.

Consideram-se instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. Equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer dessas atividades, de forma permanente ou eventual. (FERREIRA, 2008 p. 03)

Assim sendo todas as atividades ligadas ao fornecimento de crédito ou à coleta de moeda para aplicação, ou para simples custódia é considerada atividade das instituições financeiras.

O SFN considera como instituições financeiras bancárias os bancos comerciais, as caixas econômicas, as cooperativas de crédito, os bancos cooperativos e os bancos múltiplos com carteira comercial.

De acordo com o Banco Central do Brasil (Bacen) os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução CMN 2.099, de 1994).

Os bancos comerciais são os mais conhecidos dos consumidores, pois prestam os serviços básicos de recebimentos de tributos e outras contas, e são os mais utilizados para o pagamento de salários com depósito em conta corrente. Os bancos comerciais têm como objetivo o lucro, proveniente das operações de crédito concedidas a seus clientes.

Bancos são instituições financeiras com objetivo precípua de propiciar o suprimento oportuno e adequado de recursos para financiar as necessidades de curto e médio prazos ao comércio, à indústria, às empresas prestadoras de serviços e às pessoas físicas. (...) Portanto, o conceito de banco caracteriza-se pela atuação do banqueiro em tomar dinheiro emprestado de alguém para emprestar a outrem, assumindo, perante o primeiro, o risco da operação. (SCHARDONG, 2003, p. 49, 50)

O lucro alcançado pelos bancos dá-se em função de que o banco empresta dinheiro a juros altos e remunera as aplicações a juros baixos.

Além dos bancos comerciais, outra instituição financeira muito conhecida é a caixa econômica. As caixas econômicas são definidas pelo Bacen como instituições que se assemelham aos bancos comerciais, podendo captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho,

transportes urbanos e esporte. Pode operar com crédito direto ao consumidor, financiando bens de consumo duráveis, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal. Além de centralizar o recolhimento e posterior aplicação de todos os recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Além das instituições financeiras citadas, existem ainda as operadoras de cartão de crédito, as *factorings*, seguradoras, e outras empresas do tipo, que se enquadram como instituições financeiras, por terem como atividade principal o fornecimento de crédito aos clientes.

3 METODOLOGIA

Para que o conhecimento passe de senso comum ou conhecimento popular, que de acordo com Prestes (2003, p. 17) “baseia-se em opiniões não comprovadas ou resultantes apenas das experiências do dia-a-dia”, para conhecimento científico é necessário que sejam feitos estudos e pesquisas que comprovem os resultados alcançados.

O conhecimento científico é aquele que resulta de investigação metódica, sistemática da realidade, transcendendo os fatos e os fenômenos em si mesmos e analisando-os, a fim de descobrir suas causas e chegar à conclusão das leis gerais que os governam. (PRESTES, 2003, p. 17)

Com vistas a transformar o conhecimento popular em científico utilizou-se como método o de pesquisa exploratória.

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GIL, 2002, p. 41)

Ainda como método de pesquisa foi utilizado o dedutivo:

A dedução é a argumentação que torna explícita verdades particulares contidas em verdades universais. O ponto de partida é o antecedente, que afirma uma verdade universal, e o ponto de chegada é o conseqüente, que afirma uma verdade menos geral ou particular contida implicitamente no primeiro. (CERVO e BERVIAN, 2002, p. 34, 35).

Desta forma, partiu-se da verdade universal de que todas as demonstrações contábeis são iguais, para uma possível verdade particular, de que as demonstrações contábeis das instituições financeiras são iguais as das demais empresas.

Após a escolha do tema, o primeiro passo da pesquisa deu-se em torno de levantamento bibliográfico, que procurou explorar temas ligados às demonstrações contábeis das instituições financeiras e das empresas não financeiras.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica. (GIL, 2002, p. 44)

Além dos dados bibliográficos, a pesquisa utilizou-se também de documentos, onde especificamente encontravam-se modelos de demonstrações contábeis de instituições financeiras.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa. (GIL, 2002, p. 45).

Definidos os métodos de pesquisa e também feita a revisão bibliográfica, a pesquisa partiu para a análise específica das demonstrações contábeis de instituições financeiras e de empresas não financeiras.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

As demonstrações contábeis são as principais fontes de informação sobre a vida das empresas. Todos os que estão direta ou indiretamente ligados a alguma organização, em algum momento precisarão conhecer os dados que demonstrem a situação econômico-financeira da entidade.

O Balanço Patrimonial é a demonstração estática que transcreve o retrato da empresa em determinado momento. Através do balanço patrimonial são representadas as contas que compõe o patrimônio da empresa, seus bens, direitos e obrigações.

A Demonstração do Resultado do Exercício tem por objetivo apurar o resultado das operações da empresa em determinado período. Nela são computadas todas as receitas e todas as despesas, e o resultado apurado pode representar lucro ou prejuízo para a entidade.

O Balanço Patrimonial e a DRE tem o mesmo papel em qualquer empresa, seja ela do ramo comercial, industrial, de serviços, e de tantos outros como o ramo das instituições financeiras.

Durante o estudo foram analisados os grupos de conta e também as contas que compõe estas duas demonstrações, e procurou-se fazer um comparativo entre o Balanço Patrimonial e a DRE das instituições financeiras e das empresas não financeiras.

❖ Balanço Patrimonial

O primeiro grupo a ser estudado foi o do Ativo. A partir da Lei 11.941/2009, o grupo do Ativo foi dividido em dois subgrupos: Ativo circulante e Ativo não circulante.

- **Disponibilidades:** Dentro do Balanço Patrimonial as contas são dispostas em ordem de liquidez, e dessa forma, dentro do subgrupo Ativo circulante, o primeiro grupo de contas que aparece é o das Disponibilidades. Nas instituições não financeiras, este grupo é composto geralmente pelas contas Caixa, Banco, Aplicações, Clientes, Estoques e despesas antecipadas. Estas contas representam os valores que a empresa tem em seu poder, ou que se transformariam mais rapidamente em dinheiro, se fosse o caso. As instituições financeiras não trabalham com estoque de mercadoria ou produtos, o que é a primeira diferença notável entre

elas e as empresas não financeiras. A conta caixa representa nos dois segmentos de negócio, os valores que a empresa tem disponível efetivamente, ou seja, aquele dinheiro que tem livre movimentação e é de posse da empresa ou da instituição financeira.

Ainda como disponibilidades, no Ativo das instituições financeiras, aparecem as aplicações em ouro, que representam o montante físico deste metal, e também as disponibilidades em moeda estrangeira. O principal banco que opera com mercado de câmbio e que está autorizado em fazer troca de moeda nacional por moeda estrangeira é o Banco do Brasil. Estas contas não aparecem nas empresas não financeiras e são específicas das instituições financeiras.

É necessário salientar que todos os bancos precisam manter um depósito compulsório junto ao Banco Central do Brasil. Isto significa que de toda a movimentação ocorrida na instituição, existe a obrigação de recolher em depósito um determinado percentual junto ao Bacen.

Aplicações interfinanceiras de liquidez: Grupo de contas específico das instituições financeiras. Não existe grupo correspondente nas empresas não financeiras. Este grupo de conta representa as aplicações das instituições feitas no mercado financeiro. Nas empresas não financeiras as aplicações financeiras de curto prazo, ou de resgate imediato são classificadas juntamente com as disponibilidades.

- **Títulos e Valores mobiliários:** Este grupo de contas também existe somente no balanço patrimonial das instituições financeiras, e representa os valores aplicados pela instituição em contrato de compra de ações e outros valores mobiliários.

- **Relações Interfinanceiras:** Como já dito anteriormente, as instituições financeiras não trabalham com estoque de mercadoria ou produtos, e a renda principal provem dos serviços típicos prestados por estas entidades. Neste grupo, são registradas as contas de compensação de cheques, que envolve o serviço de pagamento e recebimento de cheques e outros papeis liquidáveis na praça. São registradas também as contas de crédito vinculado que registram os vários depósitos efetuados pela instituição junto ao Banco Central. E outra conta também registrada é a que representa os repasses interfinanceiros, que representam direitos dos bancos referentes a repasses feitos a outras instituições.

- **Relações Interdependências:** Esta é mais uma particularidade das instituições financeiras, pois além de atenderem seus próprios clientes, os bancos ainda prestam serviços de recebimento de papéis, de ordens de pagamento e cobranças por conta de terceiros. Estas movimentações devem ficar registradas. Ainda nas relações interdependências são registradas as transferências internas de recursos, que refletem a movimentação financeira entre as dependências e departamentos do banco.

- **Operações de Crédito:** Nas empresas não financeiras os direitos a receber são geralmente representados no balanço patrimonial pela conta Clientes, ou Duplicatas a receber, ou ainda Outros valores a receber. Estas contas têm em seu saldo o montante de direitos que a empresa adquiriu em virtude de suas vendas a prazo. Nas instituições financeiras estes direitos são representados pelas operações de crédito. Estas operações de crédito são classificadas em empréstimos, títulos descontados e financiamentos. Neste tipo de operação os bancos repassam aos clientes um valor negociado, e em troca deste valor adquirem o direito de recebê-lo, certo tempo depois, acrescido de juro. Outra operação de crédito que pode ser citada é a de Arrendamento Mercantil, que basicamente se compõe de operação de crédito na qual o bem financiado é arrendado ao cliente, que no final do arrendamento tem a opção de comprar ou não o bem pelo valor residual.

- **Despesas Antecipadas:** Assim como nas demais instituições, nas instituições financeiras as despesas antecipadas representam os valores desembolsados antecipadamente, e que trarão benefícios posteriores à instituição ou empresa.

- **Ativo Permanente:** Este grupo de contas, tanto nas instituições financeiras como nas não financeiras, representam os bens de uso próprio da empresa ou do banco, classificados como imobilizado, e também os investimentos, que nos dois segmentos de negócio representam valores investidos em outras empresas ou instituições.

- **Compensação:** Neste grupo de contas, especificamente nas instituições financeiras são registradas contas que tem como objetivo o controle, registro e acompanhamento de quaisquer atos administrativos que possam

transformar-se em direito, ganho, obrigação, perda, risco ou ônus efetivos, decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

O segundo grupo de contas a ser estudado foi o do Passivo. De acordo com a Lei 11.941/2009, o passivo está dividido em Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Neste grande grupo do balanço patrimonial, são registradas todas as obrigações contraídas pela organização, seja ela empresa não financeira ou instituição financeira.

- **Passivo Circulante:** Enquanto no passivo circulante das empresas não financeiras as obrigações são representadas pelas contas fornecedores, empréstimos, salários a pagar, impostos a pagar e outros, nas instituições financeiras as obrigações são representadas pelos depósitos efetuados pelos clientes. Os depósitos significam obrigações pois os clientes deixam seu dinheiro em poder das instituições financeiras, através de suas contas correntes ou poupança, e em contrapartida o banco tem a obrigação de devolver este dinheiro ao cliente assim que for solicitado. Estas são as obrigações registradas no ativo circulante, ou seja, são depósitos que não tem prazo de resgate previsto. Além dos depósitos as instituições financeiras devem registrar também outras obrigações às quais estiverem sujeitas.

- **Passivo Não Circulante:** O passivo classificado anteriormente como exigível a longo prazo, passou a ser chamado de passivo não circulante. Neste grupo são registradas as obrigações de longo prazo, que vencerão a partir do final do exercício subsequente. Assim nas empresas não financeiras são registrados os financiamentos de longo prazo, e todas as outras obrigações assim classificadas. Nas instituições financeiras também serão registradas da mesma forma.

- **Resultado de exercícios futuros:** Neste grupo de contas, são registrados os valores recebidos previamente ao cumprimento das obrigações. Este registro é feito tanto pelas empresas não financeiras quanto pelas instituições financeiras.

O terceiro grupo a ser estudado é o do Patrimônio Líquido, que representa os recursos próprios aplicados na entidade.

- **Patrimônio Líquido:** No patrimônio líquido estão registradas as contas que representam os recursos próprios da entidade. Não existe diferença entre o P.L. das instituições financeiras e das empresas não financeiras. Este grupo é representado pelas contas de Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação, Reservas de lucros, Reservas Estatutárias e Lucros ou Prejuízos acumulados. No final de cada exercício, mediante o lucro obtido são constituídas as reservas.

❖ Demonstração do Resultado do Exercício

Após a avaliação e estudo do balanço patrimonial, procedeu-se o estudo da Demonstração do Resultado do Exercício, que procurou apontar as principais diferenças entre esta demonstração nas empresas não financeiras e nas instituições financeiras.

As empresas não financeiras apuram ao final de cada exercício suas receitas provenientes de vendas de mercadorias e produtos ou de prestação de serviços. Nas instituições financeiras as receitas são provenientes das operações de crédito concedidas aos clientes, também dos arrendamentos marcantis, das operações de câmbio, e das rendas provenientes dos depósitos compulsórios junto ao Banco Central.

Existem ainda, nas instituições financeiras as receitas provenientes dos serviços prestados aos clientes. Estas receitas podem se dar em virtude do fornecimento de talões de cheque, cartões de crédito, pacotes mensais cobrados para manutenção da conta corrente e outros.

Também os custos e despesas são tratados de maneira diferente. Nas empresas não financeiras, do montante de receitas são deduzidos o custo da mercadoria vendida e as demais despesas decorrentes da operação da empresa. Nas instituições financeiras os custos são referentes às intermediações financeiras. Estes custos referem-se às despesas administrativas e com funcionários comuns a todas as empresas. Além destas, os bancos contam ainda com o custo de captação de recursos, custos estes referentes aos juros pagos em virtude de depósitos de poupança e outras aplicações feitas pelos clientes. Nesta conta de despesa com intermediações financeiras serão incluídos também os gastos no aumento de provisão para devedores duvidosos.

Como dito anteriormente, o banco pode aplicar seus recursos em outras instituições financeiras, e a partir desta aplicação podem haver receitas ou despesas, que são expressas na conta de Equivalência Patrimonial, conta esta que faz parte da DRE das instituições financeiras.

Nas instituições financeiras são consideradas Outras receitas operacionais, os valores provenientes de recebimentos que já haviam sido considerados como prejuízo.

As instituições financeiras podem contar ainda com Resultados não operacionais, que são provenientes do lucro ou prejuízo na venda de imóveis e outros investimentos.

Ainda nas DREs das instituições financeiras, pode aparecer a conta Participações estatutárias ou minoritárias que inclui participações de empregados e administradores nos lucros, participações de acionistas minoritários e Fundos de Previdência.

O processo de apuração do resultado é o mesmo nas empresas não financeiras, e nas instituições financeiras, pois, do total de receitas são deduzidos os custos e despesas e então se apura o resultado final, que pode ser positivo, representando lucro, ou negativo, representando prejuízo.

5 CONCLUSÃO

As demonstrações contábeis servem como ferramenta para apreciação da situação econômico-financeira da empresa.

Conhecer a estrutura das demonstrações contábeis e verificar as diferença entre as demonstrações contábeis das empresas não financeiras e das instituições financeiras foi o foco principal deste estudo, que procurou responder ao problema de pesquisa.

Buscando respostas ao problema, foram analisadas as estruturas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício de instituições financeiras e não financeiras.

Como resposta ao problema foram apontadas as principais diferenças entre estas demonstrações, e, portanto, conclui-se que as diferenças existem e são notáveis. As principais diferenças dizem respeito às particularidades existentes na atividade das instituições financeiras, e por isso algumas contas são utilizadas apenas por elas. No Ativo, por exemplo, as instituições financeiras trabalham com depósitos compulsórios junto ao Bacen, com contas de Reservas livres, de aplicações em Ouro, em moeda estrangeira e junto ao mercado de valores mobiliários. No Passivo as contas de obrigação em sua maioria ficam em torno dos depósitos que os clientes fazem e que as instituições financeiras têm obrigação de manter disponível caso o cliente queira retirá-lo.

Para responder o problema foram levantadas algumas hipóteses que ao longo da pesquisa foram confirmadas ou refutadas.

A primeira hipótese foi confirmada, pois existe diferença nas contas do disponível das instituições financeiras para não financeiras, em virtude de segmento e contas específicas do ramo. Nas empresas existe estoque de mercadorias ou produtos, o que não ocorre nas instituições financeiras. Nas instituições financeiras são classificadas como disponível as aplicações em ouro e as reservas referentes ao recolhimento do depósito compulsório feito pelas instituições ao Bacen.

A segunda hipótese também se confirmou, pois em virtude da atividade exercida há necessidade de contas específicas para as instituições financeiras. Um exemplo claro são as relações interfinanceiras. Neste grupo, são registradas as contas de compensação de cheques, que envolve o serviço de pagamento e

recebimento de cheques e outros papéis liquidáveis na praça. São registradas também as contas de crédito vinculado que registram os vários depósitos efetuados pela instituição junto ao Banco Central.

A terceira hipótese foi confirmada, pois existem operações específicas entre contas de instituições financeiras. No grupo de Relações interdependência são registradas as contas que envolvem numerários e papéis de outras instituições financeiras, ou da própria instituição que estejam em trânsito.

O objetivo geral do trabalho foi alcançado visto que através da pesquisa foi possível verificar as principais diferenças entre as demonstrações contábeis das empresas não financeiras e das instituições financeiras.

Conhecer as demonstrações contábeis das instituições financeiras deveria ser de interesse de todos, visto que estas empresas, principalmente os bancos comerciais apuram anualmente lucros consideráveis, que são de correntes na maioria, de operações de crédito concedidas a seus clientes.

Para ampliar o conhecimento a respeito do tema, pesquisas futuras poderiam estar voltadas para a análise das demonstrações contábeis, com apuração de indicadores econômico-financeiros, de instituições financeiras e não financeiras.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2008.

BACEN. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bc.asp>> Acesso em: 06 de set. 2009.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 5. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2003.

BRASIL. Decreto N. 22.239 de 19 de dezembro de 1932. **Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=43188>> Acesso em: 05 de set. 2009.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo – SP: 2002.

COSIF. **Plano de Contas das Instituições Financeiras**. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/>> Acesso em: 13 de out. 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**. 5.ed. São Paulo – SP: Atlas, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio. O Dicionário da Língua Portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FERREIRA FILHO, Reinaldo. **Estrutura do Balanço Patrimonial**. Disponível em: <<http://fit2.fit.br/sitedoprofessor/professor/link/20090609074848ESTRUTURA%20DE%20BALANCO%20MP449-2008.doc>> Acesso em: 02 de set. 2009.

GIL, Antonio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002

GOMIDES, José Eduardo. **A Definição do Problema de Pesquisa: A chave para o sucesso do projeto de pesquisa**. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~verinha/ADEFINICAODOPROBLEMA.pdf>> Acesso em: 08 de set. 2009.

GREGIO, Gláucia. **Entendendo as Demonstrações Financeiras dos Bancos**. (2009). Disponível em: <<http://glauciagregio.tripod.com/demfin.htm>> Acesso em: 08 de set. 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. 9. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sergio de, MARION, José Carlos. FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2009

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. 6. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2008.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2.ed. São Paulo – SP: Rêspil, 2003

REIS, Arnaldo. **Demonstrações contábeis – estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo – SP: Saraiva, 2009.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de Crédito**. 2. ed. Porto Alegre, 2003.

SILVA, Alexandre Alcântara. **Estrutura, análise e interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo – SP: Atlas, 2007.

SZUSTER, Natan. *et. al.* **Contabilidade Geral: Introdução à contabilidade societária**. São Paulo – SP: Atlas, 2008.